

Macabéa

Revista Eletrônica do Netlli, Volume 6, Número 2, Jul.-Dez. 2017

LIMA BARRETO E A CRISE REPUBLICANA



LIMA BARRETO AND THE REPUBLICAN CRISIS

Valdemar VALENTE JÚNIOR
Universidade Castelo Branco

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [OS AUTORES](#)
RECEBIDO EM 28/05/2016 • APROVADO EM 16/01/2018

Abstract

This text aims an approach of aspects of the work written by Lima Barreto from his relation with the situation of social and political instability in the Brazilian republican system. The Brazilian delay and the need for the country's integration in the context of transformations of world capitalism mark the place and social condition that Lima Barreto is a spokesman. This way, the fragments collected of his texts are timely like jarring elements of the relation between the literature and its space of hegemonic affirmation in the predominant power. Because of this, we use the application of the postulates of a theory critique of the Brazilian modernity able to give an account of the social and political conflicts that mark the presence of his work. Inserted against the facts, denying completely the dominant ideology, his work lies itself like an instrument of combat of the decorative aspects of a shallow literature that predominates in the political and cultural environment of his time. In turn, the results achieved aimed at the development of a *corpus* of study to understand the design of a society, as well as a modern Brazilian culture in their first moments of affirmation.

Este texto tem como objetivo a abordagem de aspectos da obra de Lima Barreto, a partir de sua relação com o clima de instabilidade política e social da Primeira República. O atraso brasileiro e a necessidade de inserção do país no âmbito das transformações inerentes ao capitalismo mundial marcam o lugar e a condição social de que Lima Barreto é porta-voz. Desse modo, os fragmentos coletados a sua escrita se fazem oportunos como elementos destoantes com relação ao que representa a literatura e seu espaço de afirmação hegemônica do poder. Por conta disso, recorreremos à aplicação dos postulados de uma teoria crítica da modernidade brasileira capaz de dar conta dos conflitos sociais e políticos que marcam a presença de sua obra. Ao inserir-se na contramão dos fatos, negando por completo a ideologia dominante, sua escrita situa-se como ferramenta de combate aos aspectos meramente decorativos da literatura que predominam no ambiente cultural e político de seu tempo. Por sua vez, os resultados alcançados visam a formulação de um *corpus* de estudos que compreenda a concepção de uma sociedade, bem como de uma cultura brasileira moderna em seus primeiros instantes de afirmação.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Literature. Culture. Power. Policy. Society.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Cultura. Poder. Política. Sociedade.

Texto integral

BELLE ÉPOQUE TARDIA

Nas primeiras décadas do século XX, uma substituição se instaura na criação cultural brasileira, em decorrência do advento republicano, tendo como foco, no plano simbólico, a supressão da herança de modelos da Monarquia deposta. Essa atitude, porém, situa-se a partir da importação de um *mise en scène*, espécie de caricatura das angústias da Europa *fin de siècle*. Na linha limítrofe do processo de substituição de padrões estéticos e culturais, agora na ordem da arte que se alia aos avanços da ciência e da técnica, importamos da Europa *avant-garde* a moda tardia. Assim, se o regime republicano inicia o século XX impondo medidas de restrição ao que representou a Monarquia, o afã de exterminar resquícios que teimassem em sobreviver implica a negação, no âmbito do imaginário popular, dos nomes de origem indígena, extensões da utopia romântica, que perdem seu prestígio em favor de formas correspondentes ao contexto de um país que se supõe atualizado. Essa atualização à francesa reproduz modelos em desuso, sendo que a Regeneração, executada pelo prefeito Pereira Passos, repercute tão somente na legitimação de uma *belle époque* fora de lugar.

Ao tentar inserir o Rio de Janeiro no plano de importância dos grandes centros, as medidas adotadas não fazem senão imitar o que já executara o Barão Haussmann, “reduzindo a pó os populosos quarteirões populares e o emaranhado

de ruas estreitas e tortuosas” (BENCHIMOL, 1992, p. 192), na Paris de quarenta anos antes. Ao demolir o casario obsoleto do centro urbano e pavimentar a Avenida Central, o prefeito do Rio de Janeiro tenciona extirpar o tumor maligno representado pela população pobre que aí reside, banindo-a para os morros e os subúrbios. Cabe ressaltar que, tendo em conta a Regeneração, a autoridade municipal assume medidas drásticas. A partir do “bota-abaixo” insano, a ordem pública exerce sua força sem a menor hipótese de consideração às razões populares. Assim, a reforma atende à demanda especulativa dos capitais privados que buscam instalações no espaço do Centro. A ação arbitrária sobre a cidade, cronicamente infestada por surtos epidêmicos, repercute de forma negativa na conhecida Revolta da Vacina. Esse evento mobiliza a população carioca, que reage com violência. A atitude contrária à vacinação obrigatória leva o poder a reconsiderar a imposição:

Em novembro de 1904, data da revolta, o trabalho de demolição das casas para abrir a avenida Central, executado por cerca de 1800 operários, terminara e 16 dos novos edifícios estavam sendo construídos. O eixo central da avenida fora inaugurado em 7 de setembro, em meio a grandes festas, já com o serviço de bondes e iluminação elétrica. A derrubada de cerca de 640 prédios rasgara, através da parte mais habitada da cidade, um corredor que ia da Prainha ao Passeio Público. Era como abrir o ventre da velha cidade. (CARVALHO, 1991, p. 93).

A condição de capital do país contribui para que o Rio de Janeiro receba forte investimento público. Ainda a situação de centro cosmopolita faz com que as medidas de saneamento tenham urgência. No entanto, essas medidas são uma forma de atendimento aos interesses da minoria, que busca se livrar do incômodo, do fardo pesado, da massa infecta que denigre e enfeia a cidade. Além disso, do ponto de vista estético, a revolução que tem lugar na Europa, com os movimentos de vanguarda, esbarra, no Brasil, nos contornos de linguagem da produção artística, de caráter edificante e conservador, esvaziada de qualquer sentido transformador, que se perpetua, por exemplo, na poesia de Olavo Bilac e na prosa de Coelho Neto.

A redenção decorrente das reformas urbanas implica um programa de cima para baixo que como intenção a reiteração do *status quo* da classe dominante. No entanto, se tais medidas encontram apoio na euforia inócua das elites e na adesão oportunista de intelectuais e escritores, encontra também, em alguns poucos, uma oposição sistemática, a exemplo do discurso destoante de Lima Barreto. Avesso à pantomima da modernização, na crônica “As enchentes”, de *Vida urbana*, critica duramente o descaso da autoridade municipal com a situação dos atingidos pela tragédia das chuvas:

As chuvaradas de verão, quase todos os anos, causam no nosso Rio de Janeiro, inundações desastrosas.

Além da suspensão total do tráfego, com uma prejudicial interrupção das comunicações entre os vários pontos da cidade, essas inundações causam desastres pessoais lamentáveis, muitas perdas de haveres e destruição de imóveis.

De há muito a nossa engenharia municipal se devia ter compenetrado do dever de evitar tais acidentes urbanos.

Uma arte tão ousada e quase tão perfeita, como é a engenharia, não deve julgar irresolvível tão simples problema.

O Rio de Janeiro, da avenida, dos *squares*, dos freios elétricos, não pode estar à mercê de chuvaradas, mais ou menos violentas, para viver a sua vida integral.

Com está acontecendo atualmente, ele é função da chuva. Uma vergonha!

Não sei nada de engenharia, mas, pelo que me dizem os entendidos, o problema não é tão difícil de resolver como parece fazerem constar os engenheiros municipais, procrastinando a solução da questão

O Prefeito Pereira Passos, que tanto se interessou pelo embelezamento da cidade, descurou completamente de solucionar esse defeito do nosso Rio.

Cidade cercada de montanhas e entre montanhas, que recebe violentamente grandes precipitações atmosféricas, o seu principal defeito é vencer esse acidente das inundações.

Infelizmente, porém, nos preocupamos muito com aspectos externos, com as fachadas, e não com o que há de essencial nos problemas da nossa vida urbana, econômica, financeira e social. (BARRETO, 1956, p. 77).

O escritor suburbano, solidário ao sentimento popular, na condição de quem conhece de perto a pobreza e a exclusão, manifesta-se de modo a perceber a intenção explícita dos governantes na promoção do que é apenas aparente. A massa de excluídos, portanto, não encontra arrimo nos benefícios da reforma executada a custo bastante elevado. Diante da situação abissal, Lima Barreto busca denunciar com veemência o sentido decorativo dessa república de cartolina, quando a essência dos problemas sociais enseja a execução de obras no plano do apenas visível.

Acerca do artificialismo vigente, de acordo com o desejo das elites, o jornalista Figueiredo Pimentel, na coluna “Binóculo”, da Gazeta de Notícias, cria o *slogan* “O Rio civiliza-se” (BROCA, 1975, p. 4). O *high-life* carioca destaca-se, ganhando visibilidade através imprensa. Assim, as regatas na Praia do Flamengo, os *matches* de futebol em Laranjeiras, os *five o'clock teas* em Botafogo, os *footings* na Avenida Central, as batalhas de flores na Praça da República, as conferências no Jornal do Comércio e os recitais em Santa Teresa são eventos mundanos que reforçam a atuação dileitante de uma elite ociosa que se atém a elementos de uma cultura de superfície.

O PARLAMENTAR ARRIVISTA

A cena política brasileira na República Velha configura a ascensão de setores oligárquicos que, ao servir de base ao poder, são o retrato da situação de manipulação e arbítrio. Apesar dos deslizos que concorrem e culminam na queda da Monarquia, com o desgaste do imperador, a República, por essa mesma razão, não necessita marcar sua presença da maneira como ocorre. A truculência republicana manifesta-se de modo injustificado, caracterizando-se pelo temor à

existência de focos de reação monarquistas. Assim, o novo regime se impõe por atos de violência e crueldade, a exemplo da repressão aos episódios da Revolta da Armada e da Guerra de Canudos, barbaramente sufocados.

Além do apoio das oligarquias rurais, que configura o favorecimento de nulidades alçadas ao poder, a câmara e o senado estabelecem forte relação com a produção cultural. A literatura e o jornalismo atuam com papel relevante. A ocupação de cargos relaciona-se aos meios de que dispõem os diversos carreiristas letrados. Nesse contexto, Lima Barreto concorre em condições amplamente desiguais. A ironia que sua obra destila não se adéqua à prática do falso elogio dos salões grã-finos. Em *Numa e a ninfa* (1915), o deputado Numa Pompílio de Castro situa-se no vicioso espaço da política. Assim, o debate em torno da criação de um novo estado da federação, de que participa, corresponde ao aspecto mais rançoso da prática que privilegia o interesse pessoal em detrimento do interesse público.

A forma como se apresentam as mudanças políticas e sociais resulta do fisiologismo dos monarquistas, que se colocaram ao lado dos republicanos. Na verdade, com a proclamação, apenas o imperador foi deposto. O grupo político que o apoia passa a professar a nova cartilha política. Desse modo, *Numa e a ninfa* expõe a atividade parlamentar em seu aspecto promíscuo. A cultura política da República Velha se conflita com o inconformismo do escritor. O corporativismo do deputado chega aos limites da completa dissolução de valores, definindo um recorte patético da sociedade brasileira.

Lima Barreto aponta para a materialidade da crise. Assim, *Numa e a ninfa* evidencia o loteamento de espaços e a distribuição de cargos. Essa atitude se confirma no atendimento a grupos locais, em clara exposição do que reforça a ironia e a descrença que o escritor alimenta contra o regime. Numa Pompílio de Castro, figura medíocre, ao assumir uma cadeira na câmara dos deputados, passa despercebido por bom tempo, limitando-se a apoiar as decisões do líder de sua bancada. Ao fazer um discurso que chama a atenção dos demais parlamentares, é elogiado pela imprensa, passando a ser publicamente conhecido.

O casamento por interesse aponta mais um desvio da política arrivista que a República Velha reitera. O poder das classes dominantes se faz presente na costura de arranjos de última hora, executados sem nenhum pudor. O xadrez político articula estratégias na forma como se movimentam suas peças. Barganhas de todo tipo fazem da cena política o espaço de abertura dos bens públicos aos capitais privados. Os salões burgueses, os saraus literários, as confeitarias elegantes, os magazines da moda, enfim, os meios onde se configuram as ações da cultura mundana, são entrepostos destinados à cavação e à tavolagem. Efetiva-se nesses espaços a prática de ver e ser visto. O reconhecimento público é um passaporte ao carreirismo e à construção de reputações. Assim, certos lugares referendam uma forma de incorporação ao que pode oferecer o cenário da capital da república:

A rua do Ouvidor sintetiza o processo mágico da modernização com os arranjos fantasiosos das vitrines que estimulam as vendas pela mistificação dos objetos oferecidos. Criam as vitrines, portanto, uma moldura em que o valor de uso de mercadoria passa a segundo plano. O recurso do estímulo às compras desvia a atenção dos compradores da qualidade do trabalho investido na composição do produto e, ainda, do

seu próprio papel como compradores, tornando-se a mercadoria o centro dos interesses. (FIGUEIREDO, 1995, p. 78).

Numa Pompílio de Castro, na condição de representante das oligarquias, busca ter acesso ao estilo de vida que fascina os recém-chegados e confirma o Rio de Janeiro como centro de consumo e lazer sem igual no restante do país. Os espaços de cultura e entretenimento sugerem um tipo especial de vocação do prazer, quando “frequentar a Avenida Central era estar mais *up-to-date* que flunar pela Rua do Ouvidor” (ARAÚJO, 1993, p. 327), o que aparece como característica definida da cidade.

Em oposição à cultura do prazer que a cidade propicia, a ameaça militarista apresenta-se com toda a sua força na referência ao governo do Marechal Hermes da Fonseca. A figura do general Bentes, como Lima Barreto o caracteriza, remete à memória dos desmandos cometidos durante o florianismo, que rasgou as leis e, em nome do ideal republicano, promoveu deportações e fuzilamentos. A política na República Velha ampara-se em elementos postícios para apoiar ou denegrir os atores desse teatro. Algo que funciona como decoração e que, com a participação de setores da imprensa cooptada, compõe o cenário desses eventos:

Essas presenças, essas atenções, enfim, esse ritual de salamaleques e falsas demonstrações de amizade influem no progresso da vida política. Como havíamos de subir, ou, pelo menos, de manter a posição conquistada, se não fôssemos sempre às missas de sétimo dia dos parentes dos chefes, se não lhes mandássemos cartões no dia de aniversários, se não estivéssemos presentes aos embarques e desembarques de figurões? Fora daqui as notícias desses atos têm grande repercussão e infinito alcance; e, de resto, às vezes, um bota-fora decidia uma reeleição. (BARRETO, 1989, p. 95).

Numa Pompílio de Castro segue a receita do sucesso na vida política pela via da bajulação. Os asseclas se fazem necessários à encenação de rituais de apoio. Em *Numa e a ninfa*, define-se com nitidez um sentido de descrença nos valores positivos da condição humana, caracterizando a atividade política pelo cinismo mais atroz. No convescote parlamentar discutem-se nomeações e privilégios a grupos de apoio e interesse. O culto à personalidade confirma o lugar ocupado por figuras decorativas em cargos políticos. Gabinetes luxuosos, bustos em pedestais, quadros a óleo nas paredes, biografias e retratos impressos em jornais e revistas. Concessões, vantagens e propinas constituem o assunto das decisões tomadas nos bastidores da cena parlamentar.

Com o apoio da classe política, os militares apresentam-se como responsáveis pelos destinos do país. O pleito do General Bentes condiz à autoridade de que se investe e se converte em arbítrio. A derrota iminente de Xisto, como Lima Barreto caracteriza Rui Barbosa, significa o desrespeito ao estado de direito democrático, em nome da ordem militar imposta pela força. O atendimento às demandas da política militarista chega às vias do paroxismo e da violência. A perseguição pessoal efetiva-se como prática. A imprensa de oposição é amordaçada e tem suas oficinas gráficas empasteladas. Diante da necessidade de um pronunciamento arrebatador em apoio ao candidato militar, Numa Pompílio de Castro recorre a

Edgarda, sua mulher, amante do primo, com a ajuda de quem redige os discursos e dirige os destinos políticos do marido.



O CRÍTICO E A CIDADE

Em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919) observa-se uma sociedade moldada na inutilidade, revelando-se o incômodo lugar do funcionário atolado em papéis. O burocrata situa-se na posição oposta do que representa o jogo de poder dos apadrinhados. Assim, desconhece o que vem a ser a República, quando lhe anunciam o fim da Monarquia. Gonzaga de Sá despe-se da vaidade que cerca os homens estudiosos. O saber que acumula não se presta à ostentação, tampouco visa algum tipo de ascensão, que em nada o interessa. Sobrevive à fúria devastadora do serviço público, impelido a ampliar o saber que possui sem deixar que lhe morra a curiosidade intelectual.

A simplicidade que cultiva contrasta com a arrogância relativa aos valores de seu tempo. Reflete a respeito da vida com o altruísmo que o exclui da identificação com os oportunistas. As convenções sociais são um mero aparato dirigido ao êxito. Descendente dos Sá fundadores do Rio de Janeiro, não se presta a blasonar aos quatro ventos sua origem. Transita pelos bairros do Rio de Janeiro rompendo a linha que separa as diferentes classes sociais. Essa posição destoa por completo dos valores da burguesia sedentária que desconhece a própria cidade e limita-se aos bairros emergentes da Tijuca e de Botafogo. Em passeio pelo subúrbio, observa ao amigo Augusto Machado:

- Fugi dessa gente de Petrópolis, porque, para mim, eles são estrangeiros, invasores, as mais das vezes sem nenhuma cultura e sempre rapinantes, sejam nacionais ou estrangeiros. Eu sou Sá, sou Rio de Janeiro, com seus tamoios, seus negros, seus mulatos, seus cafuzos e seus “galegos” também... (BARRETO, 1990, p. 37).

Na condição de andarilho, pensa acerca do Rio de Janeiro como cidade com jeito de várias outras. Isso contraria a ordem pública quanto aos aspectos antidemocráticos da reforma que a torna modelo de cidade europeia. Na condição de cidade espontânea, nascida da necessidade de fixação do homem ao meio, é violentada pelo gosto duvidoso da nova ordem:

Gonzaga de Sá em suas narrativas recupera o fio da memória, dando ao percurso passado o seu movimento: variado, contraditório, integrador. Nada garante no resumo dos fatos e acontecimentos passados uma unidade retilínea, homogênea, mas um curso imprevisível que também se autodestrói ou se renova, de acordo com as ações dos homens no tempo. Assim, progresso, transformação tecnológica não representam, automaticamente, na história relatada por Gonzaga de Sá, enriquecimento de valores humanos; tampouco garantem sensibilidade aos novos-ricos, detentores de prestígio e com pseudo-saber. (FIGUEIREDO, 1998, p. 115).

Refratário ao presente, estranho ao tempo, acusa a imprensa de ser o veículo de consagração das individualidades. Esta, segundo ele, nutre-se da mediania de

autores que buscam apenas novidades, curiosos e arrivistas despidos de talento. No entanto, a independência de certos jornalistas e escritores os impede de ter nos jornais um efetivo espaço de divulgação de ideias. Diante da crise, no contexto de um país que elabora sua alegoria, a obra de Lima Barreto constitui-se em espaço de ironia e desconstrução. Na condição de escritor sem acesso à grande imprensa, publica parte de sua obra em jornais e revistas sem prestígio. Pode-se afirmar que o jornalismo se torna “a coqueluche da nova burguesia urbana” (SEVCENKO, 1995, P. 94). Vive-se no Rio de Janeiro um estado de euforia, quando a imprensa se moderniza, passando a representar um meio formador de opinião.

Em suas observações, Gonzaga de Sá identifica as mudanças na cidade a que dedica o amor de toda a vida. O abrupto processo urbanístico não exclui a paisagem como foco de interesse. Além disso, o observador aprofunda o olhar para constatar a distinção entre a elite e o povo, não querendo compreender como podem existir desigualdades de direitos na sociedade. A literatura também é alvo de sua análise, parecendo, grosso modo, um arremedo da futilidade burguesa. No entanto, observa que, na Europa, onde também existe a pobreza, há na literatura um sentido de proximidade aos mais humildes, a exemplo das obras de Dostoiévski, George Eliot e Tólstoi.

Para Gonzaga de Sá, o papel do escritor consiste em incitar as massas à reação contra a inércia, além de propor o emprego da força nas atitudes que as libertem e as corrijam da doçura e da bondade. Em seguida, contrapõe a fúria de seu discurso à mansidão e ao pesar que remete à lembrança de Romualdo, seu amigo, contínuo na Secretaria dos Cultos, que há pouco falecera. Em noite de domingo, o velho funcionário deita o olhar sobre a Avenida Central e observa a diversidade de seu público. A respeito dessa gente, procura espantar de si a ideia do que representem as certezas, havendo apenas um sentido provisório para as coisas e os seres.

Por ocasião de uma parada militar, em data cívica, encontra Augusto Machado, que observa a festa com indiferença, sem qualquer sentimento patriótico, como se aquilo fosse apenas uma encenação. Tudo leva à convicção de que o esplendor desse evento contraste com o lugar dos populares, que discutem a respeito do poder da armada brasileira. Assim, prossegue sua indignação acerca do entusiasmo dessa gente, massacrada pela mesma ordem a que aplaude. Por instantes, a desigualdade converte-se em utopia, aos olhos de Augusto Machado, para quem o povo é verdadeiramente feliz. Esse pensamento se evanesce, na medida em que constata que o sofrimento humano não tem fim.

No turbilhão do desfile, encontra Xisto Beldroegas, seu colega na Secretaria dos Cultos, exemplo máximo do desprezo que Lima Barreto alimenta ao referir-se ao funcionalismo. Na condição de obcecado pelas leis, o funcionário preocupa-se com inutilidades. Defendendo a lei e o estado, acredita na importância da colocação do número de anos da república nos decretos, aleivosia do serviço público.

Gonzaga de Sá adocece, mas o sentido real de seu estado de saúde reflete a contaminação de que é vítima, face à carga de tédio do ambiente funcional. Sente-se sozinho, na medida em que o que pensa não tem ressonância. As leituras que acumulou durante a vida não servem a ele nem a ninguém. Nesse sentido, a utopia de Gonzaga de Sá resvala na derrocada dos sonhos, na desilusão, na velhice e na morte. Ao refletir sobre o fim, convida Augusto Machado a assistir a opera no

Teatro Lírico, onde confirma a frivolidade das altas esferas. Observa que foi um erro derrubar a Monarquia, com a qual havia algum tipo de entendimento. Quanto aos republicanos, são agiotas estrangeiros sem qualquer conhecimento de nossa história, com quem não há possibilidade de acordo. Há na riqueza ostensiva do público presente um quê de brutalidade e indiferença:

Tenho pesar de mim, uns longes de patriotismo e, quando vejo que aquilo, o Lírico, a condensação da fina-flor é mesma de há quarenta anos passados, fico abatido. São os mesmos fazendeiros sugadores de sangue humano; são os mesmos políticos sem ideais; são os mesmos sábios decoradores de compêndios estrangeiros e sem uma ideia própria; são os mesmos literatos à Otaviano, literatos de coisas de *cotillon*, os mesmos agiotas. Há quarenta anos era assim; nada mudou. (BARRETO, 1990, p. 123).

Aos efetivos acenos da morte, depõe sua expectativa na formação de Aleixo Manuel, seu afilhado, que com ele fora viver depois da morte de Romualdo, seu compadre. O menino passa a condição de depositário de seu saber, levando-o adiante.

Referências

- ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- BARRETO, Lima. *Numa e a ninfa*. Rio de Janeiro: Garnier, 1989.
- _____. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Rio de Janeiro: Garnier, 1990.
- _____. *Vida urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil: 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, Departamento de Cultura da Guanabara, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- _____. *Trincheiras de sonho: ficção e cultura em Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Para citar este artigo



VALENTE JÚNIOR, Valdemar. Lima Barreto e a crise republicana. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 6, n. 2, p. 71-80, jul.-dez. 2017.

Os autores

Valdemar Valente Júnior é Professor Assistente da Universidade Castelo Branco. Doutor em Ciência da Literatura pela UFRJ. Pós-Doutorado em Literatura Brasileira pela UERJ. Autor de **Dispersa sequência**: ensaios de literatura brasileira. Palestrante e autor de artigos sobre literatura e cultura brasileira.